



08 de setembro de 2021

Tema – Governança Metropolitana - Instituto Rio Metrópole

Palestrante – Waldir Peres, Assessor Especial da Diretoria de Mobilidade Metropolitana

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇOES DA CIDADE

Ata da reunião de setembro de 2021

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Nesta data, reuniu-se por convocação do presidente em exercício do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Governança Metropolitana - Instituto Rio Metrópole

O Diretor-Executivo do IPP, Carlos Krykhtine iniciou a reunião, explicando como será organizado o tempo de exposi o e perguntas. Pontuou que o Secretário de Planejamento Urbano e Presidente em exercício do IPP, o arquiteto Washington Fajardo, estava com uma agenda e entraria mais tarde. Em seguida, apresentou o Conselheiro Waldir Peres, Assessor Especial da Diretoria de Mobilidade Metropolitana do Rio Metrópole. O encontro se deu através do aplicativo Zoom, em virtude da pandemia da Covid-19 e da necessidade de respeito aos protocolos de segurança para a manuten o da saúde dos participantes.

O Conselheiro Waldir Peres saudou a todos e agradeceu pela oportunidade.

Waldir Peres: “Eu gostaria de falar um pouco sobre como o IRM apareceu, em que contexto, e algumas possibilidades que temos agora pela frente com os recursos da Cedae para o desenvolvimento de projetos aqui no Rio Metrópole. Então essa apresenta o vai trazer mais ou menos a história de como aparece e como se constitui o Rio Metrópole e como ele funciona atualmente. O IRM deve avançar nos próximos anos e trazemos algumas possibilidades de estrutura o de projetos de interesse comum nos municípios da Região Metropolitana

Após a introdu o sobre o Instituto Rio Metrópole, Waldir Peres seguiu para a apresenta o preparada. Começou chamando aten o para a data em 2013 na qual a ADI N  1.842 do STF abriu espaço para a estrutura o do Estatuto da Metrópole, em 2015. A data representa um marco que estabeleceu a possibilidade de restituir o ente interfederativo entre os Estados e Municípios para fazer a gestão metropolitana.

Dentre as datas apresentadas está também a aprova o da lei 184/2018 e conclusão do plano PEDUI/RMJ entregue. Em 2019 ocorreu a primeira reunião do Conselho Deliberativo, e em novembro deste ano a institui o do Instituto Rio Metrópole. Já em 2020, foram salientados os principais acontecimentos durante as reuniões do Conselho Deliberativo. No mês de fevereiro foi aprovada a modelagem do BNDS para o projeto de concessão dos serviços de água e esgoto. Em dezembro de 2020, foi aprovado e publicado o edital do projeto de concessão da água e esgoto.

O Conselheiro Waldir Peres apontou que a concessão permitiu a chegada de recursos da ordem de 22 bilhões de reais nos cofres do Estado. Esse valor ficou com o estado do Rio de Janeiro e outros 7 ou 8 bilhões foram repassados pelos municípios, que receberam recursos importantes para a estrutura o de programas e projetos na Região Metropolitana, que engloba 22 municípios.

Na apresenta o dos números relativos   Região Metropolitana, o Conselheiro chamou aten o para o tempo médio de casa-trabalho, de 1h44. Esse tempo   considerado um problema grave e o desenvolvimento e melhoria do transporte coletivo   uma questão focal para o IRM. Após a demonstra o dos números, foi explicada a estrutura operacional. Essa estrutura   composta pelo Conselho Deliberativo, formado pelos Prefeitos e Governadores, que apontam os próximos passos do Estado e dos Municípios em grandes projetos de infraestrutura, mobilidade ou saneamento básico. Abaixo do Conselho Deliberativo está o Instituto Rio Metrópole,  rg o técnico que assessora tecnicamente o Conselho. O Instituto Metrópole tem a fun o de elaborar e submeter os projetos ao Presidente do IRM, que leva ao Conselho Deliberativo para opinamento e decisão. Já os Comit s Técnicos e Intersetoriais Metropolitanos, são compostos por grupos de técnicos que discutem assuntos de interesse dos municípios e do estado do Rio de Janeiro e selecionam o efeito dessas demandas para qualificá-las como projetos do Instituto Metrópole. Existe também, por

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

último, o Conselho Consultivo da Região Metropolitana, que ultimamente não tem se reunido e está em processo de reestruturação.

Waldir Peres destacou também a lei que cria, atrelada à Instituição do IRM, um Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana. O Fundo em questão recebeu um aporte de 65 milhões de reais advindos da concessão da Cedae e ao longo dos próximos dois anos vai receber outros aportes totalizando cerca de 115 milhões de reais. Explicou que o dinheiro desse Fundo pode ser utilizado como Fundo Garantidor na PPP e para financiamento e desenvolvimento de projetos de interesse da Região Metropolitana. Existem também outras possibilidades de aporte destacadas na apresentação, como contribuições diretas do estado, dos municípios, obtenção de empréstimos nacionais e internacionais. Há ainda a possibilidade de recursos provenientes de cooperação internacional ou acordos intergovernamentais, produto de operações de crédito, doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, entre outros conforme Capítulo V, Art 21 da Lei.

O tópico seguinte tratou sobre o Instituto, apresentado como "o agente que possui a função de contribuir ativamente para a Governança Integrada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e também órgão executor do Conselho Deliberativo e tem a responsabilidade de garantir que os instrumentos de planejamento e gestão metropolitana discriminados no PEDUI sejam cumpridos conforme os preceitos da Lei 184/2018. Os valores do Instituto são a ética, transparência, simplicidade, sustentabilidade, comprometimento e conhecimento. Apesar de ainda não haver quadro próprio, é esperado que concursos específicos para o IRM sejam iniciados após o atual regime de recuperação fiscal. O conselheiro explicou que, atualmente, o corpo técnico é composto por profissionais cedidos de outras Prefeituras e Institutos, sendo ele geógrafo no Instituto Estadual de Engenharia.

Sobre as áreas de atuação, são hoje ordenamento espacial, habitação de interesse social, mobilidade, resíduos sólidos, resiliência ambiental, economia criativa, saneamento e tratamento de água, infraestrutura, reinvenção da Baía de Guanabara, administração pública e promoção de serviços de comunicação digital. Mencionou que na área de São Gonçalo e Nova Iguaçu há dois projetos em andamento, parte do PEDUI, e a questão do saneamento tem agora uma agenda de investimentos provenientes da concessão da Cedae para as próximas décadas.

Waldir Peres: "Certamente, a questão do saneamento foi um tiro bem dado na nossa avaliação e a gente espera que realmente essa questão seja revertida nos próximos anos. Nós temos bioindicadores muito sensíveis: os colhereiros que foram fotografados na Lagoa Rodrigo de Freitas nesta semana, além de flamingos, que não visitavam há muitos anos. Ou seja, a questão dos cordões sanitários, dos troncos coletores, a implantação e desenvolvimento de sistemas de tratamento de água dão resultado. Tem também o tratamento lagunar da Barra, que vai entrar agora nos próximos anos, vai ser um investimento forte por parte da concessionária e tem a expectativa de melhorar a qualidade nos corpos hídricos que são fundamentais. Outro projeto queridinho, obviamente pela minha formação, é a reinvenção da Baía de Guanabara, tentando ajudar os Municípios que estão na orla da Baía a desenvolver projetos para melhorar essa ambiência. Está sendo discutido um Projeto para a Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, visitamos também um projeto bem interessante que é um Cais da Piedade em Magé. Ou seja, pensamos em ações de revalorização dessa orla. Conseguindo a adesão de dois, três, ou quatro municípios e fazendo um investimento em recuperação, com o retorno de atividades de lazer, cultura e recreação para a borda da Baía de Guanabara."

Após citar os principais projetos do IRM, Waldir Peres explicou que o Instituto Rio Metrópole tem papel de gestão, promoção e articulação nesses cenários, em conjunto com as secretarias dos municípios. Foi pontuado que a criação do IRM permite a articulação de técnicos e do corpo político dirigente dos gestores, prefeitos e governador, na gestão comum de problemas compartilhados. Seria essa a inovação do Instituto em termos de gestão.

O Conselheiro Waldir Peres seguiu a apresentação com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDUI), desenhado ao longo de cerca de três anos, de forma similar ao Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro. Foram ouvidas milhares de pessoas, em

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

diversas rodadas de reuniões e workshops, o que resultou em uma pluralidade de projetos. Segundo o Conselheiro, esses projetos às vezes não estão bem amarrados do ponto de vista técnico, cronológico, e de investimentos. Isso se dá pela própria forma como ele foi montado, com assembléias de técnicos que traziam temas relevantes que eram votados para serem levados para o PEDUI. O próximo passo seria transformar essas linhas de ação e desenhos que foram apontados no PEDUI em projetos efetivos, ou seja, projeto conceitual, básico, de engenharia, e não um projeto executivo. Os eixos estruturantes foram definidos nas áreas de saneamento e resiliência ambiental, reconfiguração espacial e centralidades, habitação e equipamentos sociais, mobilidade, valorização do patrimônio ambiental e cultural e expansão econômica. Esses eixos estruturantes dão o tecido da governança metropolitana, sendo o que une os municípios e compõem o PEDUI.

Waldir Peres: "Uma grande iniciativa que eu vejo, por exemplo, é o projeto que o Fajardo está tocando na Prefeitura do Rio de valorização do Centro, é justamente isso. Temos algumas centralidades no Rio que têm tudo, tem infraestrutura, tem água e energia, tem um estoque de imobiliário construído mas está deteriorada do ponto de vista econômico. Então, essa reconfiguração espacial das áreas metropolitanas é o desafio, acho que a gente poderia ter laboratórios municipais de reinvenção de algumas centralidades, ter um reposicionamento. O que o plano prega é justamente isso, o apoio à atuação na região metropolitana. A experiência que vai sendo tocada no Rio pode ser também tocada em Niterói, São Gonçalo, enfim... O desenvolvimento e consolidação de centralidades do tecido urbano metropolitano ou com objetivo de transferir também emprego, possibilidades, educação, para outras centralidades espalhadas na região metropolitana."

Sobre a metodologia do Instituto, usou como exemplo uma reunião de técnicos feita em Niterói, onde se reuniram por alguns dias para desenhar um plano de trabalho. Esses técnicos do estado deveriam então cumprir quatro etapas, sendo elas: um diagnóstico com uma visão de futuro, um rascunho do plano estratégico, ou seja, possibilidades para alterar o diagnóstico e alcançar a tal visão de futuro, a sugestão de programas para implementação e o desenho de cenários. Isso guiava então o plano estratégico. Em seguida, o palestrante explicou que o PEDUI já promoveu e movimentou uma conferência metropolitana, 22 grupos de discussão, 28 encontros, 2.000 especialistas, representantes de entidades e sociedade civil e 4.000 presenças nos eventos realizados.

Então, o diagnóstico metropolitano encontrado na época em que o plano foi publicado destacou a preocupação com o espraiamento da mancha urbana, como foi destacado na apresentação.

Waldir Peres: "Um problema terrível verificado era o espraiamento da mancha urbana. A mancha urbana não para de crescer, mas ela cresce de forma caótica, sem controle, principalmente na periferia. E depois o Estado tem que levar redes de água, esgoto, redes elétricas, de transporte, para áreas normalmente de baixa densidade de ocupação. A reversão disso passou a ser entendida como um ponto fundamental, ou seja, mais ou menos no sentido de congelar esses espraiamentos. Congelar a expansão da mancha urbana onde há infraestrutura carente e deficiente. Então, projetos que possam reverter essa tendência são muito bem aceitos."

Além disso, foram verificadas outras questões como a grande concentração de renda e empregos nas regiões litorâneas e as diferentes lógicas de ordenamento territorial entre os municípios contíguos. Também foram percebidas áreas ambientalmente frágeis, diversas cavas resultantes da extração de areia, a necessidade de ampliação de fontes de recursos hídricos e a grande fragilidade dos mecanismos municipais de controle de uso e ocupação do solo e planejamento urbano. No próximo tópico da apresentação, foi exposto sobre o diagnóstico de expansão econômica. A crise fiscal na qual o Rio de Janeiro se encontra é fruto de gastos fixos ainda muito altos, com perspectiva de melhora com o aporte da concessão e novas soluções para mudar a crise estrutural.

Waldir Peres: "Só para esse ano a previsão é que o Estado do Rio faça um déficit de 8 a 10 bilhões de reais, ou seja, o gasto do Estado do Rio de Janeiro é maior, de forma contínua, que sua

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

arrecadação. E acho que boa parte dos municípios também estão na mesma linha. Então, se não conseguir, de algum modo, um novo pacto fiscal, um novo desenho desse sistema, e a contenção de gastos que hoje já fazem parte da estrutura do Estado, não teremos um caminho muito feliz pela frente. Porque esse déficit crônico dos entes metropolitanos impede ações realmente efetivas a longo prazo. Então, essa expansão econômica e a gente entende que a indústria criativa seria um próximo passo importante para a região metropolitana. Porque aqui nós temos canais de TV, grandes emissoras de rádio e produção de audiovisual, produção de software... Tem um corredor tecnológico aí e o desenvolvimento desse corredor e dessa indústria criativa pode colocar o Rio de Janeiro num cenário. Agora, como desenvolver esses projetos? Nós discutimos também com pessoal e com grupos chineses de fazer um polo tecnológico no Centro do Rio que está completamente degradado, e até Niterói está pensando na mesma coisa, de redesenhar e abrir espaço para a criação dessa nova indústria 4.0".

Nesse cenário de crise fiscal e econômica, com forte dependência do petróleo e crescente dependência dos royalties e participações especiais, o IRM considera importante também a estruturação de Fundos que promovam maior independência monetária para tocar projetos na região metropolitana, o que está no Diagnóstico da PEDUI.

Waldir Peres: "Também anotei para falar sobre o potencial agropecuário desperdiçado. Só para vocês terem uma ideia, a Holanda tem uma área aproximadamente igual à do Estado do Rio de Janeiro, 40 mil km quadrados e aqui 43 mil km, e a produção agropecuária holandesa é maior do que a produção agropecuária brasileira. Se vocês olharem é surpreendente, mas é real, como a Holanda vendendo flores, queijos e hortaliças para a comunidade europeia consegue ter uma receita do setor agropecuário maior que a do Brasil, que é considerado uma potência agropecuária. Então, só para chamar atenção, se você tem produtos de alto valor agregado, como é o caso da Holanda, que é uma agricultura pecuária sofisticada, e vende esses produtos mais caros para o mercado que tem poder de compra, você consegue uma geração enorme de recursos. O que acontece aqui no Rio de Janeiro é que nós temos na Região Metropolitana muitas áreas que foram identificadas que poderiam ser utilizadas para plantações, flores e outros produtos de alto valor agregado, e que simplesmente são desperdiçadas. Eles são inexistentes praticamente na Região Metropolitana, não atingem nem 0,5% do PIB do estado do Rio de Janeiro. Então, é um setor praticamente desperdiçado e a economia criativa também demonstra um potencial enorme a ser conquistado. Essas são algumas ideias que foram materializadas no PEDUI".

Outra parte do Diagnóstico Metropolitano é a valorização do patrimônio natural e cultural, em falta em grande parte das regiões, exceto no Rio de Janeiro e Niterói. A falta de estruturas e investimento permanentes para manutenção do patrimônio material e imaterial foi verificada, o que desperdiça potencial de lazer, turismo e geração de negócios. O PEDUI visa também reorganizar a gestão nesse sentido. Já a mobilidade é encarada como um grande desafio para a Região Metropolitana, que tem uma lógica de custo do sistema rateado pela tarifa paga pelos usuários do transporte público.

Waldir Peres: "Nós temos uma estrutura relativamente grande, tanto de trens, com centenas de km de ferrovias espalhados pelo subúrbio do Rio, mas as próprias concessionárias querem devolver para o estado suas concessões. A gente teve uma rodada com a SuperVia, que estava querendo sair do negócio, assim como as CCR barcas, com a pandemia. Mas, não há como o estado retomar essas concessões por falta de recursos, não só para investimentos como também de receitas oriundas do próprio sistema. Porque é aqui também, diferentemente de outras regiões metropolitanas que a gente visita pelo mundo, o custo do sistema aqui é praticamente rateado pela tarifa, pelo usuário que paga o transporte. Quando a gente vai para a Alemanha, Reino Unido, França, a receita do sistema que é de renda as tarifas fica na faixa de 15, 20, a 30%, no máximo. O resto são recursos oriundos do caixa dos estados, das prefeituras, do Governo Federal... São

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

outros recursos utilizados na gestão de uma mobilidade eficiente. Ou seja, a tarifa é só um dos elementos, é uma das entradas para a gestão da mobilidade. Então, é como se a gente precisasse pensar entre nós aqui num SUS do transporte. Assim como existe um SUS que deu conta da pandemia e está conseguindo vacinar a população metropolitana e do Brasil, a gente teria que pensar numa espécie de SUS, ou seja, uma Agência Metropolitana de Transportes que tivesse recursos de outras fontes, além da tarifa, para fazer a racionalização do sistema. O que acontece no nosso atual modelo é que só são viáveis as linhas que percorrem trechos relativamente curtos com uma tarifa alta e com muitos passageiros. Aí para o empresário privado esse é um excelente negócio, mas as linhas longas com poucos passageiros não são atrativas para esse mercado privado de transporte público, então, simplesmente, não há como desenhar sistemas articulados e eficientes com a atual lógica tarifária. Reverter isso me parece também extremamente importante para gente ter uma solução de transporte público coletivo nos próximos anos. Há a necessidade de nós termos uma agência metropolitana que faça a gestão integrada do transporte coletivo junto com os concessionários e outros parceiros”.

Na área de habitação e equipamentos sociais foi notado também um elevado déficit habitacional quantitativo, com 400 mil unidades e cerca de 520 mil domicílios em aglomerados subnormais já identificados.

Waldir Peres: "Dando um exemplo da Alemanha, que fez a unificação no início da década de 90, quando começou um projeto contínuo que até hoje me parece que ainda está sendo executado, principalmente na Alemanha Oriental, de troca de janelas, troca de sistema de arrefecimento e a distribuição de vapor de água quente, redesenho de linhas de metrô, expansão de redes de tratamento de água e esgoto, gerando milhares de postos de trabalho e milhões em investimentos. É um trabalho que dura pelo menos 30 anos e continua ainda em algumas cidades. Ou seja, ter projetos estruturantes de longo prazo e que recebam grandes investimentos é absolutamente necessário diante dos números que temos aqui. Com os números que temos na região, é uma indústria que poderia ser criada, e de novo, a gente precisa de uma espécie de SUS da mobilidade e um sistema para enfrentar esse problema que está entre nós há décadas. Uma agência de fato disposta, novamente, com recursos que não sejam só dos municípios do Estado, mas também da iniciativa privada, a reverter essa realidade que por si só não se resolve. Como está hoje, é impossível reverter esse estoque de inadequação simplesmente por ela mesma, ou seja, com a renda do trabalhador. Então, outros recursos e sistemas de financiamento foram apontados pelo PEDUI e são absolutamente necessários para que a gente possa reverter, em algumas décadas, esse processo de inadequação de moradia”.

O próximo diagnóstico, no eixo de saneamento e resiliência ambiental, aponta boas expectativas após as mudanças das concessões.

Waldir Peres: Com a concessão, a gente entende que vai conseguir fazer um novo pacto com essas concessionárias. Se conseguirmos fazer algo diferente ao longo das décadas passadas, já será um avanço enorme. A questão aqui é a seguinte: a Cedae vai fornecer água bruta para essas concessionárias, que vão avançar com essa distribuição, melhorando as redes, fazendo revisões nessas redes de água potável e o compromisso é atingir o tratamento quase absoluto do esgotamento sanitário. Então, desse movimento, temos uma expectativa enorme de que a questão ambiental vai ser melhorada e isso tem impactos não só na saúde, como também na atração de turismo e desenvolvimento urbano.

No cenário atual, 87% dos domicílios da Região Metropolitana contam com abastecimento de água por rede geral, sendo 10% com poço ou nascente. O abastecimento de água por rede geral é baixo, atingindo até 40% dos domicílios em municípios da periferia. As perdas de água estão acima de 30% em média, chegando a 50% em municípios da Baixada Fluminense. Além disso, a dependência excessiva do rio Paraíba do Sul causa uma fragilidade da segurança hídrica por conta da reserva reduzida. Foi apontado também que 83% dos domicílios da Região Metropolitana contam com coleta de esgoto por rede de esgoto ou pluvial, e 7% usam fossa. 38,6% contam com

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

atendimento por rede coletora e alguns lixões não apresentam processos de remediação. A escassez de coleta seletiva, feita em apenas 7 municípios, também é um fator de preocupação, além da infraestrutura de macrodrenagem insuficiente em casos de inundação. Esse cenário é piorado ainda pelos riscos de mudanças climáticas atuais. Com a concessão da Cedae é esperado o início da mudança desse cenário.

No âmbito da gestão pública, uma questão apontada no diagnóstico é a inexistência de arranjos para gestão conjunta entre os municípios. Essa inovação apresentada pelo Instituto Rio Metrópole já foi aplicada na distribuição da verba da concessão.

Waldir Peres: "A gestão pública hoje é o grande marco do IRM, justamente pela possibilidade de colocar Prefeitos e Governador com instrumentos de conversa, de gestão, nas mãos. Por exemplo, a questão da repartição dos recursos da Cedae foram decididos aqui no Palácio Guanabara, na sala do secretariado, com o governador discutindo diretamente com os prefeitos e as equipes técnicas. O desenho dessa repartição foi fruto inclusive dessas conversas, então esse novo sistema de gestão, que de fato foi instituído com o IRM, é importantíssimo. Acho que foi o primeiro resultado palpável que a gente conseguiu aqui, e também é a primeira vez que vejo vários representantes e gestores municipais conversando diretamente com o Governador para decidir problemas comuns, e o esgotamento sanitário é um deles".

A visão de futuro conta com os chamados Programas de Ação Prioritária (PAPS), onde esses projetos foram adequados. Dentre eles, estão o Programa Metrópole Inteligente (PMI) com 25 ações, o Programa Metrópole Sustentável (PMS) com 27 e o Programa Equilibrar a Metrópole (PEM), também com 27 ações. Existem ainda o Programa Habitar Metrópole (PHM), contando com 26 ações, o Baía Reinventada (PBR), com 20, e o Programa Governar a Metrópole (PGM), com 6 ações. Para a execução plena desses projetos, já existe uma estrutura, a questão legal, e algum recurso em caixa. O que surge então é a necessidade de uma fonte de recursos orçamentária permanente, com participação de capital privado.

Sobre o primeiro programa mencionado, o PMI, suas ações envolvem a Região Metropolitana em desenvolvimento conjunto com a 4ª Revolução Industrial, o apoio às atividades de P&D, e investimentos para qualificação da infraestrutura logística. O PMI incentiva também a preservação do patrimônio cultural e histórico, atividades rurais como ativos com grande potencial econômico, e a promoção de atividades turísticas. Além disso, a promoção também da RMRJ como líder na área da economia criativa e o apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas.

Waldir Peres: "Dentre os programas de destaque tem esse da metrópole inteligente que está de olho nessa questão da quarta Revolução Industrial e de novas tecnologias e, certamente, para que essas coisas possam avançar, a gente tem que ter as empresas e as universidades junto com o poder público nessa questão. Uma experiência bem interessante é uma iniciativa que o Rio de Janeiro já fez no seu centro, o COR, onde tem uma estrutura para observação de dados e fontes de informação vindo de diferentes plataformas para atender contingências e emergências. Ou seja, é uma boa utilização, no nosso entendimento, e a gente levou várias delegações para conhecerem o COR que a Prefeitura do Rio fez. Assim como o COR, a gente teria que ter vários outros "CORES" espalhados, fazendo essa gestão praticamente em tempo real da cidade e da Região Metropolitana. E, para que isso aconteça, precisa existir um ambiente favorável entre os gestores, a academia e as empresas, conseguindo identificar negócios e a possibilidade de alavancagem dessa mudança no Rio de Janeiro."

O Programa Metrópole Sustentável, por sua vez, apoia atividades econômicas e sociais em terras com uso rural, a valorização da região das bacias dos rios Guapi-Macacu e Guapiaçu, além da implantação de um coletor de cinturão. Há também a promoção do tratamento de esgotos sanitários, apoio na criação de novas unidades de conservação, e a recuperação das baías e corpos hídricos lagunares. Outras ações envolvem a destinação final adequada aos resíduos sólidos e o controle de inundações por meio de macrodrenagem.

O próximo programa abordado foi o "Equilibrar a Metrópole". Nele consta a redução das desigualdades territoriais, a descentralização das atividades geradoras de emprego e a qualificação

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

urbanística e implantação de infraestrutura na periferia. Outros tópicos são a distribuição de equipamentos e serviços públicos, a implantação de projetos multifuncionais e medidas para qualificar os bairros periféricos. Além desses, o programa corrige a destinação de resíduos sólidos e promove a ocupação de vazios urbanos para implantar equipamentos sociais.

Waldir Peres: "Essa dobradinha entre a requalificação em si e a atração de negócios de geração de indústrias que suportem o desenvolvimento econômico poderia ser uma inspiração para a gente. Fazer uma agenda de investimento urbano e, ao mesmo tempo, de promoção dos novos negócios para áreas que não possuíam essas oportunidades. Esses projetos multifuncionais têm essa inspiração. Nos desenhos criativos isso deveria estar no cerne do projeto."

Já o programa "Habitar a Metrópole" visa a garantir o saneamento básico para a população, criar soluções de macrodrenagem para evitar enchentes e o adensamento de áreas com infraestrutura urbana. Além disso, a urbanização e regularização fundiária das comunidades, a habitação social e o reassentamento de famílias em áreas de risco. Outras melhorias como a recuperação de estações ferroviárias e requalificação urbanística, implantação de parques lineares ao longo de cursos de água e controle de uso do solo ao longo do Arco Metropolitano.

O "Baía Reinventada" foi apresentado em seguida, trazendo medidas como a implantação de coletor de cinturão, a utilização da baía e de seu entorno para lazer e turismo, e a restauração dos antigos portos marítimos. Outras propostas como a revitalização das paisagens culturais, desenvolvimento econômico-social de comunidades tradicionais da orla e a outorga de linhas de transporte aquaviário para transporte turístico. Por último, instituir áreas de preservação ambiental na região da Baía de Guanabara.

Encerrando a apresentação, Waldir Peres deu mais detalhes sobre o Programa "Governar a Metrópole", que busca organizar a gestão territorial, alinhar planos em todas as áreas do governo, e reforçar a capacitação profissional dos servidores públicos. Além disso, busca apoiar e estimular os municípios para que reforcem suas receitas próprias e ampliem a base de contribuintes. O Plano apresentado pode ser acessado online pelo site modelarametropole.com.br.

Após agradecer ao IPP, ao Secretário Washington Fajardo e ao Diretor-Executivo do IPP, Carlos Krykhtine, foi aberta a rodada de perguntas e comentários dos conselheiros presentes na reunião. O Secretário de Planejamento Urbano Washington Fajardo iniciou o debate.

Washington Fajardo: "Obrigado, Carlos. Desculpe, eu cheguei atrasado, estava até recebendo aqui o secretário de Desenvolvimento Urbano de Rio Bonito, que pediu a agenda comigo interessado sobre o processo de revisão do Plano Diretor e, tem lá desafios, a equipe é enxuta, e é algo que eu vi também no passado. Waldir, a primeira experiência no serviço público foi na prefeitura de Nova Iguaçu e também tive essa experiência de você está em uma cidade metropolitana e você tem uma baixíssima capacidade institucional. Então, eu acho que o Plano Modelar a Metrópole é incrível e que, inclusive num contexto político muito confuso, ele conseguiu produzir um plano, mas eu queria fazer essa pergunta sobre esse desafio de construção de capacidade institucional, de como fazer com que os municípios possam também enfrentar esse desafio de planejamento. Como é que vocês veem isso, que iniciativas têm para isso? E eu faço até essa pergunta porque assim que você responder, eu já passo um Whatsapp para secretário lá de Rio Bonito, falando para procurar o IRM. É uma questão que me parece fundamental e, até tem o trabalho que a Casa Fluminense fez há um tempo atrás, inclusive fazendo um panorama do ponto de vista da região metropolitana, municípios que têm plano diretor atualizado e os que não tem. Vocês têm um painel do ponto de vista do ordenamento territorial dos municípios da Região Metropolitana? Quem está com seu Plano Diretor em dia e quem está com seu Plano Diretor atrasado, quem tem capacidade para fazer a revisão do Plano Diretor, quem não tem... Eu tenho muita curiosidade de ouvir isso. Obrigado".

Resposta de Waldir Peres: "Esse diagnóstico foi feito em 2018, na época do plano, então nós temos esse retrato ele já deve estar um pouquinho desatualizado, mas ele olhou para trás em 2018. Então, a gente tem sim um painel de quem tem condições de fazer ou não. Agora o que eu acho que a gente poderia, dentro do IRM, é as prefeituras que tem uma estrutura melhor como as

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

do Rio, Niterói, até mesmo Nova Iguaçu, criarem cursos, palestras, seminários, desenhos, oficinas, com o apoio do IRM, chamando os pequenos municípios que não têm capacidade técnica, às vezes, nem para escrever o edital de contratação. Que eles possam, com os colegas de outras prefeituras, receber auxílio técnico. Então, tudo isso eu acho que pode ser objeto inclusive de apresentação de propostas para o Conselho Deliberativo do IRM. Por exemplo, uma Universidade Metropolitana, digamos que a gente construa essa ideia para a formação de técnicos para atuar nesses setores que foram apontados na apresentação e que fazem parte do escopo PEDUI. A gente poderia ter uma Universidade Metropolitana ou recursos com apoio do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana para formação de quadros para as prefeituras. Nós temos uma escola aqui que é o CECIERJ, a antiga Fiesp, durante a formação de técnicos para trabalharem na administração estadual. Acho que temos instituições já formadas, inclusive para ensino à distância também, do próprio Estado. Eu acho que é o CECIERJ que tem uma escola que faz inclusive audiovisual para formação de técnicos de graduação a distância. Então, acho que nós temos instrumentos, temos os parceiros, eu acho que só faltam as ideias, a iniciativa e quem quer colaborar para o desenvolvimento e formação desses quadros tão escassos em muitos municípios. Eu acho que a ideia é maravilhosa e existem possibilidades".

Em seguida, o subsecretário Alberto Szafran, que marcou presença no lugar do secretário Aquiles Barreto, teceu também comentários sobre o Instituto Rio Metrópole.

Alberto Szafran: "Gostaria de cumprimentar a todos que participam dessa reunião, em especial o secretário Fajardo e também ao Waldir pela explanação extremamente elucidativa. Eu vou fazer uma breve apresentação da nossa Secretaria Especial de Integração Metropolitana, uma vez que ela é incipiente, foi criada recentemente pelo prefeito Eduardo Paes e o nosso objetivo é justamente integrar os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Primeiramente e posteriormente fazer um intercâmbio de políticas públicas, como também, em outros municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e dizer que essa interlocução com atores políticos fundamentais para o nosso Estado, tal como o IRM. Eu falo isso com propriedade, pois participei de algumas discussões internas até com o presidente do Instituto, Bernardo Santoro, e outros diretores do Instituto, e sei da relevância que o Instituto tem na formalização de políticas públicas de nosso Estado. Pra gente é muito importante e ficamos muito satisfeitos de poder participar desse primeiro encontro e te agradecer, Carlos, pela oportunidade de colocar a nossa secretaria especial à disposição de todos vocês, de todas as entidades, e particularmente do IRM, que nós consideramos ser muito importante na formalização de políticas públicas do Estado."

Waldir Peres: "Conversando com outras prefeituras, eu acho que uma coisa que cairia direitinho no seu colo, e nós já fomos demandados por isso, é o sistema de compartilhamento de bicicletas em outros municípios. O Rio de Janeiro tem uma longa experiência e pode ajudar nisso. Essa foi uma demanda muito específica de alguns Municípios, como é que eles fizeram, como é o desenho, como é o edital. Eu passei o edital que eu tinha da época, mas esse é um assunto que interessa em vários municípios diferentes. Todos deram foco para isso e, se vocês pudessem ajudar, eu agradeço imensamente. E o outro é o redesenho do Centro, o Reviver Centro, que também muita gente tem procurado perguntar como é que o Rio está tratando. Se a gente pudesse, com a Secretaria de Integração Governamental Metropolitana, tocar nesses dois assuntos e fazer uma mini palestra sobre essas questões, eu acho que a gente teria uma demanda cativa porque tem interesse. Às vezes as pessoas só têm notícias e não sabem exatamente como foi feito. "

Alberto Szafran: Bem bacana o que você levantou aqui, Waldir. Uma das ideias que nós recebemos, inclusive do secretário Fajardo, foi uma escola de gestão integrada entre os municípios da região metropolitana com a capital e, conseqüentemente, com outros municípios do interior também, é uma das nossas metas aqui na Secretaria é fomentar fóruns de debate. Um deles, com certeza, vai ser sobre mobilidade urbana e outro sobre habitação, que a gente vai poder tratar com vocês, especialistas, e com os municípios que estão interessados nos planos que foram desenvolvidos aqui no Rio, sobretudo o Reviver Centro, que é uma referência nesse caso. Obrigado Waldir, Carlos e Fajardo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Após os comentários, Carlos Krykhtine disse que o IPP está à disposição para entregar dados necessários para auxiliar as secretarias e o IRM. Em seguida, deu prosseguimento às perguntas com base na lista de inscrições disposta no chat do Zoom. A vez foi do Secretário Kelson.

Kelson Senra: "Boa tarde, meu colega Waldir. Eu só queria fazer uma fala muito breve. Agradecer ao IRM e ao próprio Waldir que me indicou para seu suplente aqui neste conselho. Eu acho que o IPP tem um papel fundamental na região metropolitana, então me honra estar podendo assistir e participar de reuniões aqui. O Waldir já fez uma apresentação muito detalhada e abrangente, acho que já abordou tudo da questão metropolitana de uma maneira muito detalhada e não faz sentido nenhum reparo, mas eu queria frisar dois pontos que ele já mencionou. Um é a importância da institucionalidade, quer dizer, nós temos que avançar na institucionalidade, seja geral, seja setorial. Existe uma proposta que fala da setorialidade, lá dentro do Programa Equilibrar a Metrópole, fala de um órgão específico sobre mobilidade. Existe essa proposta, que está dentro da lei, que é a dos bons conselhos intersetoriais, porque se expande para além da questão de um tema ficar restrito, como é o caso da mobilidade. Por tratar de maneira mais abrangente um assunto e existe o Interfederativo que está previsto no Estatuto da Metrópole, que um assunto deve ser sempre tratado dessa maneira interfederativa. Existe o conselho consultivo, que também já foi mencionado, e eu acho que essa preocupação da institucionalidade é central, porque ela tem muita coisa para construir em articulação, em cooperação, em soma de esforços e essa é uma lógica da região metropolitana que a gente precisa avançar. E, ela já está presente então no que diz respeito à função pública de interesse comum, está na Lei 184, alguns aspectos já estão sendo demandados para serem aprovados na governança metropolitana. Então, se a gente lê a lei, por exemplo, terminais de passageiros de interesse metropolitano tem que ser aprovado na governança metropolitana. Os terminais de carga, concessões, editais e toda a parte de transporte, que seja de escala metropolitana e que não está definido, precisa ser definido. Então, isso hoje nos leva, por exemplo, a pensar que o terminal da Avenida Brasil da Transbrasil deve ser aprovado num governo metropolitano. Então, isso já está na pauta, essas questões que estão na lei, e a construção da institucionalidade para encaminhar isso, para trabalhar tecnicamente, para amadurecer as diretrizes com os municípios. Eu acho que ela é fundamental e, em particular, a importância do município do Rio de Janeiro, com seu alto nível técnico, são fundamentais nesse processo de articulação. Então, é só para contribuir um pouco para o debate e me apresentar como suplente do Waldir, o que muito me honra".

Waldir Peres: "Eu acho que o Kelson fez uma colocação importantíssima dessa questão da aprovação dos editais e o papel central do município do Rio de Janeiro, que tem um corpo técnico muito qualificado para puxar essa liderança Metropolitana na construção dos projetos. Ou seja, o Rio tem um papel central na consolidação e gestão desses projetos. O corpo técnico do Rio poderia fazer uma grande diferença ajudando os outros municípios da Região Metropolitana a desenhar e articular projetos, com experiência própria já amadurecida e consolidada. Então, esse papel central é importante e eu acho que ele tem que estar no radar."

Depois foi a vez do conselheiro Tito Riff.

Tito Riff: "Waldir, parabéns a você e a equipe que trabalhou neste projeto pelo trabalho de análise de planejamento e visão estratégica muito abrangente. Mas, eu queria que você detalhasse um pouco mais a hora em que o pudim vai precisar começar a ser cozido. Aí, há dois problemas que são fundamentais, um deles é a questão da governança e o outro é da gerência. Nós já tivemos programas que envolviam grande número de municípios da Região Metropolitana, e tiveram muitos dos seus resultados frustrados por conta, enfim, de interesses locais, por conta de incompatibilidades políticas ou falta de uma governança sólida e uma garantia de continuidade do projeto com as mudanças das administrações. Este é um problema sério que afeta diretamente a região metropolitana. Então eu imagino, por exemplo no caso do PDBG, embora os projetos fossem grandiosos, muitos recursos devem ser destinados a outros programas, a competência específica dos municípios é que interferem com a qualidade do resultado desejado. Os municípios

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

têm, por exemplo, a competência para o Uso e Ocupação do Solo, a competência para a coleta do lixo, tem a competência da edição de Posturas Municipais e etc. Então, eu gostaria de saber com você, porque eu acho que vocês desenvolveram um trabalho de planejamento muito sólido, imagino que por baixo ou por trás dos projetos que existam programas e projetos que vão sendo detalhados depois em ações, mas em algum momento essas ações vão ser delegadas, digamos assim, ao âmbito municipal e aí vão, provavelmente, encontrar obstáculos de natureza política administrativa que terão de ser contornados. É claro que a disponibilidade de recursos, seja de recursos abandonados ou de recursos do próprio governo do Estado para promover essas ações, pode ser suficiente para dirimir e fazer desaparecer essas dificuldades, mas elas já aconteceram no passado. Então, como é que vocês estão vendo essa coisa do gerenciamento, que são várias coisas ao mesmo tempo, vários projetos e programas, são uma questão fundamental de gerenciamento de múltiplos programas e a questão da governança. Se a governança vai incluir, por exemplo, comunidades, vai incluir parte da sociedade, como é que se pode dar mais consistência para essa governança, para que ela não sofra interferência de interesses pequenos de caciques políticos locais?"

Waldir Peres: "Como funciona o Conselho Deliberativo, Tito: o estado e as prefeituras são sócios nos projetos, ou seja, a decisão é tomada nesse colegiado. Então, por definição, o estado e as prefeituras precisam chegar a um acordo diante de um problema ou de um projeto que foi levado para o Conselho Deliberativo. Eu dei o exemplo da repartição dos recursos da concessão da Cedae. Isso foi decidido na reunião do Conselho Deliberativo. Tudo o que você colocou, eu acho que não está afastado, pode ser que interesses locais perturbem, mas agora, de fato, temos um instrumento jurídico que pode impedir, por exemplo, um determinado projeto de um só local e se ele foi vendido como de interesse metropolitano ou, um exemplo, que o município x resolva fazer o porto para abrigar rebocadores para a Petrobrás. Ora, ele não vai poder tomar essa decisão de forma independente, vai ter que passar pelo Conselho Deliberativo, os outros municípios vão ter que votar, porque aquilo interfere no dia a dia metropolitano. Ou seja, nós temos instrumentos jurídicos hoje prontos para fazer essa contramedida. O consenso vai ter que ser construído no âmbito do Conselho Deliberativo do IRM, onde o estado e as prefeituras discutem os problemas comuns. Então, se um projeto é identificado como de interesse metropolitano, hoje a gente tem essa possibilidade de fazer uma contramedida. Obviamente, os municípios que dentro do Conselho Deliberativo não possuem o mesmo peso que o estado e o município do Rio de Janeiro, possuem pesos de deliberação maiores do que outros municípios que têm uma pequena população. O peso dos votos também está amarrado para barrar a importância populacional do município. Então, os municípios do Rio, Nova Iguaçu e São Gonçalo, têm pesos maiores do que os municípios pequeninhos como Seropédica e Tanguá, que têm o peso do voto menor. Então, eu acho que não está afastado isso que você falou da descontinuidade, se o IRM realmente vai perdurar novas gestões, sempre esse fantasma entre nós que conhecemos a administração pública brasileira, sempre está no horizonte. Mas, hoje nós temos uma possibilidade, eu acho que é a primeira vez que tem uma institucionalidade e que pertence à Região Metropolitana. Então, se o Rio de Janeiro sentar e entender que esse instrumento que foi desenhado e consolidado for positivo, acho que tem mais chance de sucesso de construir uma agenda um pouco mais positiva que as nossas experiências anteriores. Leandro, eu trabalhei contigo no TTBG há 30 anos atrás, recebemos os recursos da Jica e o que foi feito com aquilo? 30 anos depois, ainda não conseguimos reverter totalmente o quadro de degradação da Baía de Guanabara, e foram investimentos milionários à época, e pro dólar bilionários corrigindo o valor presente da moeda. Mas eu acho que é uma esperança. Acho que é um desenho novo, e precisam estar atentos para essa nova possibilidade de trabalhar com uma unidade que de fato é interfederativa. Então, acho que tem que ser bem utilizado. Então, é uma coisa interessante se for bem utilizada em outras regiões metropolitanas que existe o olho de autoridades metropolitanas, Nova York, por exemplo tem uma autoridade metropolitana que faz a gestão de portos, aeroportos, vias, etc. Ou seja, se a gente conseguir se aproximar um pouco mais desses modelos que já foram consagrados, por exemplo, na Comunidade de Madri, que o sistema de gestão de transporte público de Madri e dos municípios vizinhos é uma experiência sensacional, quer dizer, a gente poderia tentar replicar essas questões,

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

mas acho que o caminho é a institucionalidade mesmo. Eu acho que foi um passo decisivo e importante”.

Resposta de Tito Riff: “Acho que o primeiro passo foi dado, que é a institucionalidade implantada e com esse belo projeto desse belo planejamento que vocês fizeram. São dois elementos essenciais e os primeiros passos foram dados. Fiquei fascinado por sua apresentação. Agora, eu queria cumprimentar também pelo fato de você ter ressaltado a importância histórica, cultural, turística e de lazer da Baía de Guanabara. É um patrimônio que a gente não sabe utilizar e é um desperdício total. Poucos países do mundo tem um histórico de lazer e entretenimento deste valor. Eu acho que se puderem ser desenvolvidas ações, projetos e etc, para fazer valorizar tudo isso, todos esses atributos da Baía de Guanabara, seria um gol de placa”.

Em seguida, Carlos Krykhtine passou a palavra para Henrique Silveira de Souza.

Henrique Silveira: “Primeiro, eu fico feliz de ver essa apresentação, de ver um processo, com todos os desafios da política pública no Rio de Janeiro, de amadurecimento da pauta da institucionalidade metropolitana. Acho que ver você apresentar isso, mostra o quanto essa visão vai se assentando dentro dessa institucionalidade. A Casa Fluminense, sou coordenador de lá e a gente acompanha esse processo de perto, inclusive a equipe anterior, liderada pelo Vicente, desde a construção do PEDUI, a gente participou por muitas dessas atividades. As fotos que mostrou, a gente coordenou algumas dessas oficinas, além da discussão também da aprovação da legislação. Então, a gente tem muito carinho por essa pauta, porque entendemos que essa visão metropolitana é fundamental para o avanço na redução da desigualdade no Rio de Janeiro. A redução de desigualdades no Rio precisa olhar nessa escala metropolitana. Eu diria que o plano é feliz porque ele aponta um sentido de propósito para a região metropolitana. Acho que ele é muito objetivo com relação a isso. Ele é muito grande e tem muitas informações, mas no sentido máximo do plano, é a gente produzir essa metrópole polinuclear, nessa cidade que concentra muitas oportunidades, se precisar polinuclear a região metropolitana para distribuir oportunidades, para adensar a cidade e evitar o espraiamento urbano que você mencionou na sua fala. Então, o plano celebra três imagens que são para pensar esses símbolos metropolitanos: a Baía de Guanabara, as linhas de trem e o Cinturão Verde que cobre ali o anfiteatro da região metropolitana. Então, acho que esse sentido de propósito, que adensa essa cidade, aumenta a qualidade urbana para a população que vive nessa região. E aí, eu acho que as questões que eu gostaria de colocar são as seguintes: primeiro até partilhar uma questão. Acho que seria muito interessante para a Prefeitura do Rio, e eu acho que a Secretaria de Integração Metropolitana, talvez junto com a Secretaria de Planejamento, e o Daniel que está aqui, porque muito do que está previsto no Plano Metropolitano, o Rio de Janeiro está fazendo a sua parte e isso está descrito no Plano Estratégico. Quando a Prefeitura do Rio diz que vai fazer bicicletários em todas as estações de média e alta capacidade, isso tem a ver com essa visão metropolitana. Quando o Faustini lança o programa Zona de Cultura lá em Madureira, isso tem a ver com fortalecer as centralidades metropolitanas, as centralidades definidas no plano para a cidade do Rio são Madureira e Campo Grande. E, acho até que vale a pena ter esse mapa das centralidades. Eu acho que ajuda a gente a visualizar especialmente quais são as centralidades que a gente desenvolve. Então, tudo o que eu fizer, especificamente para Campo Grande e Madureira, contribui para a promoção dessa visão metropolitana de novas centralidades, então seria um exercício interessante entender que já no Plano Estratégico, a prefeitura está fazendo relacionada ao plano metropolitano. Dito isso, eu queria também entender como é que o pacto RJ, um grande programa de pacote de investimentos que o Governo do Estado acabou de lançar, como ele se relaciona com o Plano Metropolitano. Eu confesso que acho que foi uma oportunidade que a gente teve de relacionar mais o investimento do estado, como você falou, numa situação difícil, que finalmente tem dinheiro em caixa, como é que a gente botava a carga total para financiar os projetos do PEDUI. É claro que o Estado tem 92 municípios, esses 17 bilhões não podem ir só para região metropolitana, mas aqui tem 77 por cento da população, 75, né? Então, como é que a gente faz uma conta de ver essa quantidade de investimento para financiar, novamente, 70% da população que está aqui. Ou então, a minha questão é como é que a gente vê de maneira mais eficiente os projetos do PEDUI dentro do Pacto RJ. Me parece que isso deveria ter sido melhor

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

conectado, nesse sentido de propósito para o desenvolvimento da região metropolitana ter se materializado nessa rodada do investimento público. E, por fim, um outro comentário, aqui específico também para o IRM, é com relação ao transporte público e a mobilidade urbana. Você falou da importância que a gente tem que ter com esse tema e hoje a gente vive a maior crise de mobilidade que a gente já presenciou. Então, novamente, não vou falar da crise que todo mundo já conhece e me parece que o IRM, com a sua atribuição legal deveria também ter um papel mais ativo nessa discussão, porque a gente precisa reorganizar esse transporte com inteligência, e o órgão que tem o mandato hoje para fazer isso é o Rio Metrô. Então, é isso, aqui na Prefeitura do Rio está se remodelando BRT, acho que está correto. A gente deveria estar fazendo o mesmo com os trens, a nível metropolitano. Então, eu acho que ouvir um pouco também de você desse papel do Instituto Rio Metrô diante da crise de mobilidade, porque hoje teria o VLT da Pavuna até Nova Iguaçu, e não estou dizendo que não é importante, eu estou dizendo que talvez dado o conjunto de crise de mobilidade que a gente tem, talvez o foco deveria ter sido outro para a gente, por exemplo, construir soluções para financiar o transporte, como você disse. Enfim, são umas ideias de temas complexos para um tempo curto de debate, mas queria compartilhar essas inquietações com você e com os colegas”.

Waldir Peres: “Eu não sei se eu consigo responder todo o questionamento. Mas, a questão é a seguinte: o Conselho Deliberativo é a instância máxima do IRM, e no Conselho, estão presentes o governador e os prefeitos. Então, há um crivo técnico, mas também tem um crivo político na decisão e apontamento dos projetos, então vou falar da minha área de mobilidade, dois projetos foram colocados em pauta, o corredor São Gonçalo e corredores de Nova Iguaçu. Hoje, estão sendo estudadas as possibilidades de equipamentos de tecnologia que poderá ser utilizada em São Gonçalo aqui e também em Nova Iguaçu, facilitando os estudos conceituais e ouvindo os próprios franceses que fizeram o estudo, primeiro do corredor Pavuna, em direção ao paulistano que atravessa vários municípios da Baixada, eles apontaram as cinco tecnologias possíveis. Poderia ser BRT, BRS, podia ser o metrô leve, um monotrilho, enfim, nos deram várias sugestões demonstrando o que eles desenvolveram. No atual momento, isso está sendo desenvolvido aqui, esse projeto está sendo desenvolvido com o auxílio de alguns técnicos da estrutura de transportes que, provavelmente, vão ficar à frente do detalhamento técnico. Então, o que é importante é o seguinte: que os executivos, no caso do IRM, são os próprios prefeitos e o governador. O IRM é um órgão de assessoria técnica, ele prepara os editais, os documentos, e prepara os estudos, mas ele é demandado via o conselho. Então, é importante, por exemplo, para o que você levantou, para o papel que você levantou a discussão desses recursos, onde serão realizados os investimentos e tal, os executivos municipais, ou seja, os próprios prefeitos precisam puxar essa discussão no IRM. Isso é importante. Vou novamente fazer o mesmo exemplo, a redistribuição dos recursos dessa concessão da Cedae foram realizados dessa forma. Os prefeitos sentaram, discutiram, revisaram e depois adotaram uma solução diferente daquela inicial que havia sido apontada. Então, isso vale para a área de transportes e para a área de saneamento. Ou seja, quem manda mesmo no IRM são os executivos municipais e o Governador. Então, as suas assessorias técnicas municipais que precisam levantar essas questões, para que elas sejam debatidas e acordadas e repactuadas dentro do IRM. É um colegiado mesmo, é um colegiado de interesses técnicos e políticos em busca de soluções para problemas comuns”.

A palavra foi passada para o conselheiro Claudio Stenner.

Claudio Stenner: “Obrigado, Carlos. Parabéns Waldir, pela apresentação, acho que você conseguiu resumir muito bem o que é super complexo e foi muito esclarecedor. Eu queria começar pegando uma carona na fala do Henrique, eu acho que essa questão das ações incompletas dos municípios em relação ao planejamento metropolitano, que de fato são os prefeitos que detêm esse poder de investimento e é natural que seja dessa maneira, mas talvez fosse interessante o mapeamento mesmo das ações e investimentos municipais do ponto de vista técnico mesmo para que se possa saber se está se caminhando na direção do planejamento metropolitano, ou se em algumas partes da metrópole está se caminhando no sentido contrário. Isso talvez pudesse permitir uma visão técnica da evolução no planejamento metropolitano”.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Waldir Peres: “Cláudio, para que o assunto possa ser levado para o conselho, ele tem que fazer parte de alguma forma do plano. Por exemplo, esse corredor, o investimento em mobilidade e em determinados corredores eles precisam estar presentes na redação do plano que é enorme, que é complexo, e, às vezes, não existe o projeto ali fisicamente detalhado, mas só apontado, a estruturação de corredores, de mobilidade. Então, esses encaixes entre o plano e o projeto em si, como falei durante a apresentação, às vezes esse desenho não está totalmente pavimentado e não está totalmente construído. A estruturação de corredores de mobilidade está lá no plano, agora: que corredor? Qual? Como será? Aí é decisão técnica e política”.

O conselheiro Claudio Stenner retomou a palavra.

Claudio Stenner: “Eu me refiro a também algumas ações de investimentos municipais mesmo, por exemplo, investimentos do corredor de transportes da prefeitura de Niterói ou do Rio, aquilo estar mais ou menos alinhado com a direção do planejamento está colocando nesse sentido também, para se ter uma ideia se a coisa está caminhando nas duas instâncias, local e Metropolitana, mais ou menos na mesma direção ou em direções opostas, o que é normal, algumas vezes vai haver uma direção oposta daquela traçada. Outro ponto que eu gostaria de falar é sobre a simetria de informações. É evidente que no planejamento metropolitano a gente lida com situações em que, por exemplo, o Rio de Janeiro tem um volume, uma qualidade de informação muito maior do que os demais municípios, talvez Niterói tenha certa qualidade também, mas é muito assimétrico as informações entre um município e outro. Aí, nesse sentido, entra a relação com a posição do próprio IBGE e como o IBGE pode ajudar nessa correção da assimetria de informações entre os municípios”.

Em seguida, Carlos explicou que haveria tempo para apenas mais cinco participações e passou a palavra para o próximo da lista.

Daniel Macedo: “Boa tarde a todos. Waldir, parabéns pela apresentação, vou tentar ser bem breve. Já conheço o PEDUI há muito tempo, participei também de vários encontros há tempos atrás. Acho, de fato, um plano bastante consistente, e a gente estudou muito profundamente nos anos anteriores esse plano, os projetos e também os cenários. A gente teve várias reuniões com a equipe da antiga Câmara Metropolitana para que a gente pudesse ver a questão dos cenários econômicos, inclusive, naquele momento vocês tinham acabado de fazer. Então, eu acho que tem vários pontos que valeria a pena a gente falar aqui. Do ponto de vista de cenário, vocês fizeram uma série de levantamentos em 2018. Então, a minha pergunta é se vocês estão pensando nessas revisões desses cenários, porque eles estão de fato bastante defasados, especialmente no cenário econômico. Eu queria depois que você falasse só um pouquinho sobre as outras áreas, você mencionou que tem equipes que estão trabalhando com o desenvolvimento de cidades inteligentes e, também uma outra equipe que trata de saneamento, que imagino que seja da diretoria de saneamento, mas a de cidades inteligentes não está claro para mim que área seria. Sobre os comitês técnicos metropolitanos, eu queria saber se tem algum em funcionamento ou se ainda é uma estrutura prevista na governança mas não operacional, porque a gente sabe que houve algumas modificações na governança quando deixou de ser Câmara para ser o Instituto Rio MetrÓpole, e eu acho que é muito interessante, até essa foi a fala do Henrique, essa articulação entre os sistemas de planejamento e, por consequência, os projetos, as ações que os municípios estão implementando. Eu acrescento aqui um elemento, porque a gente tem um plano de desenvolvimento sustentável da cidade que define também áreas de intervenção que são os corredores de sustentabilidade. Eu acredito que tem uma aderência muito forte aos eixos que o PEDUI também trabalha, até porque a gente considerou o PEDUI como uma das bases para o desenvolvimento desses corredores. Mas, de toda forma, eu acho que é muito interessante como uma proposta de trabalho conjunta entre as nossas áreas de planejamento e vocês do Instituto Rio MetrÓpole. Eu acho que é uma oportunidade bem bacana da gente estar cruzando essas informações de planejamento, já é o nosso objetivo aqui, que os planejamentos se integrem. Foi o que a gente buscou lá atrás, quando nos reunimos e buscamos até a base de informação que

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

“você estavam trabalhando, então já foi muito nessa toada que a gente teve as primeiras reuniões com vocês e eu acho que vale a pena continuar nessa discussão e aprofundando esses pontos com vocês. É muito do nosso interesse aqui na Secretaria de Fazenda e Planejamento”.

Waldir Peres: “Daniel, então, sobre a questão dos cenários, obviamente, os cenários foram totalmente destruídos com a questão da pandemia, então realmente o que foi pensado para 2018, logo depois veio uma nova realidade e realmente estão defasados, teriam que ser refeitos. Ele tem um novo ciclo de redesenho desses cenários, mas esses cenários econômicos, sempre é uma coisa a se projetar para onde vai a realidade e, acho que é quase impossível realmente. E, a questão do COVID está aí é para mostrar a todos como é difícil você projetar o futuro. Realmente, concordo que eles teriam que ser revistos. Teria que ter uma revisão, uma nova simulação. Na questão de saneamento, tem um colega meu, que é o diretor, o Alexandre, e para cidades inteligentes é o Henrique, posso apresentá-los. Agora, eu acho que o melhor caminho entre a prefeitura e o IRM, seria através da diretoria do Maurício, que é mais ou menos o cara que distribui o jogo, identifica quais são as prioridades municipais e suas possíveis parcerias. E, durante uma reunião entre a prefeitura e o Maurício, seria a primeira rodada para identificar as áreas de interesse, os projetos de interesse, e depois partir para uma fase específica mais setorial. Então, acho que esse primeiro encontro, seria extremamente interessante, construir essa agenda com o Maurício, já que ele que identifica no que faz essa ponte entre municípios, que vai até os municípios, identifica as demandas, dá uma primeira lapidada e depois o próximo passo”.

Eliana Sousa: “Acho super interessante o plano, acho que contempla várias questões históricas da região metropolitana que, se a gente conseguir colocar esse plano na prática, certamente, a gente vai avançar em várias questões da cidade. Mas, eu queria perguntar se tem algum plano de monitoramento, de acompanhamento dessas propostas e seus municípios. Acho que é uma questão que foi falado aqui sobre a capacidade institucional dos municípios, se tem alguma perspectiva de estar se olhando para as regiões onde você tem municípios que não têm capacidade, muitas vezes de levar a cabo essas propostas. Então, se você tem junto com essas propostas, algum tipo de monitoramento e avaliação de como é que se avança. Eu sei que temos conselhos mas acho que do ponto de vista da sociedade, como é que a sociedade poderia de alguma maneira estar acompanhando esse processo. É uma forma de se pensar em alguma forma de controle social nesse sentido”.

Waldir Peres: “A primeira experiência que a gente tem agora é novamente com a concessão da Cedae. A gente está fazendo um painel de monitoramento da concessão. Então, todas as metas físicas e as metas de qualidade serão acompanhadas no Centro de Monitoramento. Esse edital já está praticamente pronto, que eu saiba ele está na Procuradoria e, provavelmente, essas salas de monitoramento e de controle de qualidade da física da água, como das metas e da concessão, serão acompanhadas com uma espécie de mini-agência desse contrato específico da concessão. Então, para cada tema metropolitano, para cada projeto metropolitano que foi desenvolvido aqui pelo IRM, a linha mestra a ser seguida será essa. Então, o primeiro estudo de caso, o primeiro caso concreto que eu poderia responder seria justamente esse, do monitoramento da concessão dos serviços de prestação de água esgoto e também, obviamente, saneamento previstos no edital de concessão da Cedae. Essa vai ser a primeira experiência que a gente vai realizar e espero que essa experiência gere frutos para os próximos trabalhos do IRM”.

Fernando Cotelto: “Waldir, tenho trabalhado num estudo importante sobre Governança Metropolitana. Aí, o Cláudio Stenner te fez uma pergunta sobre o papel de fazer alguma coisa com dados e o que eu queria dizer que se a gente não tiver o IPP, como o IBGE da Região Metropolitana, se a gente não pensar grande desse jeito, a gente não vai chegar a lugar nenhum.”

Waldir Peres: “Com certeza, o IPP faz parte da nossa estratégia de desenvolvimento do IRM. Acho que o Carlinhos pode até dar uma palavrinha sobre isso, a gente está novamente abrindo uma cooperação técnica que já foi feita lá atrás com o IPP e estamos querendo avançar nesse

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

desenvolvimento, porque nós não temos hoje, aqui no IRM, um pessoal, equipamentos, softwares para tocar essa questão da gestão de dados com a qualidade que o IPP tem. Nós não temos corpo técnico, nem nada disso. A gente está estruturando um convênio, para que o IPP possa, de alguma forma, nos auxiliar no desenvolvimento dessa longa caminhada que a gente tem pela frente. Concordo integralmente contigo, acho que sem o painel de controle de informações de monitoramento dessas informações metropolitanas, a gente não vai para frente, já que sem dados você não enxerga a realidade e não consegue também desenhar políticas públicas. Então, todo o esforço que foi feito no PEDUI pode naufragar se você não tiver depois um acompanhamento sistemático desses dados para fazer uma gestão metropolitana com o G maiúsculo".

Nando Cavallieri: "Boa tarde. Parabéns Waldir, realmente o estado do Rio tem marginalizado a questão metropolitana por pelo menos uns 30 anos, desde o final da Fundrem. Chegamos a ter uma Secretaria de Assuntos Metropolitanos que não era nada, uma piada. Mas, eu queria fazer uma recepção, justamente sobre o que é o fenômeno metropolitano. Quer dizer, a metrópole não funciona como se fosse um grande município, ou como se fosse a soma de várias partes, é muito mais que isso. É uma estrutura que tem uma série de características próprias e complexas. Então, acho que o desafio que vocês tem, e que esse plano naturalmente abriu uma avenida enorme para se chegar a esse objetivo, é selecionar as questões realmente metropolitanas e estruturalmente metropolitanas, que eu suponho que tem muito a ver com esses problemas e serviços de interesse comum, e centrar sobre eles. Para que possam ser desenvolvidos projetos e programas, até com esses recursos que o fundo, que é uma criação muito interessante porque não é um fundo contábil, tem personalidade jurídica, então ele pode fazer render os seus recursos e conseguir obter mais recursos, que ele possa utilizar esses para desenvolver esses estudos e projetos selecionados entre aquelas 11 áreas de responsabilidade que o próprio plano já indicou. Mas que tenha esse caráter, entendeu? Para que não se repita a ação do local do próprio município fazendo lá um trabalho em Magé, uma pequena intervenção em São Gonçalo, um plano pequenininho não sei aonde, e nem a atuação do Governo do Estado, que através de seus inúmeros setores, secretarias, já atua nos municípios. Então, essa capacidade de você selecionar aquilo que tenha realmente alcance, importância, e estrutura metropolitana e que você vai precisar, portanto, da união do entendimento e da cooperação comum de muitos municípios. Acho que isso é o papel fundamental do Instituto Rio Metrópole. Essa é minha ideia. Obrigado".

Waldir Peres: "Está certíssimo, colocação perfeita e, eu acho que só tem uma saída realmente para esse tipo de questionamento e proposição. É a participação ativa, do interesse ativo na busca das municipalidades aqui no IRM, ou seja, de transformar esse fundo agora nessa fase numa agência de projetos porque o que falta no meu entendimento ali do PEDUI é pensar quais são os projetos de fato que visam ser tocados, quais são os projetos prioritários de fato necessários. Então, se essa demanda não vem estruturada via municípios, no interesse real daqueles municípios, eu acho que dificilmente os assuntos irão prosperar. Acho que o conhecimento do PEDUI de forma clara para esses agentes municipais, eu acho que é a tarefa zero agora do IRM. Ou seja, disseminar esse PEDUI para que os prefeitos envolvidos nessa gestão do Conselho Deliberativo puxem esses projetos para serem realizados. Eu acho que é o único caminho que vejo para transformar, de fato, uma coisa efetiva e trazendo esse interesse comum, transformando o interesse comum em projetos reais a serem executados no futuro. Se eles não tiverem essa voz ativa no conselho, eu acho que pouca coisa vai prosperar. Eu acho que quem falar melhor, quem conseguir trazer ou jogar mais luz num determinado programa ou projeto, vai acabar levando a preferência".

Junior Perim: "Deixa eu só fazer uma interferência rápida? Eu acho que o Waldir devia conhecer um pouco a experiência de Mesquita. Mesquita tem liderado ações consorciadas na saúde com o Cisbaf, eles estão presidindo o consórcio de saúde da Baixada e eles desenvolveram sistemas de planejamento e, também de monitoramento e avaliação de programas, sobretudo agora com os investimentos que chegaram da Cedae que está inspirando um conjunto de cidades da região metropolitana. O Jorge, lá em Mesquita, tem trabalhado muito proximamente da Secretaria de Planejamento de São Gonçalo e tem auxiliado no planejamento de cidades da metrópole e de

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

outras cidades até no estado do Rio de Janeiro. O último ponto que eu acho que também vale demonstrar que a cidade está avançando, nesse aspecto, é o fato você citou que era importante que várias cidades da metrópole pudessem ter um COR. Ele está agora justo nesse momento construindo um em Mesquita".

Waldir Peres: "Nós fomos conhecer uma espécie de mini COR da Covid lá de Maricá, que é muito legal, fica do lado da sala do prefeito e ele acompanha ali a gestão da covid passo a passo. Quantas pessoas foram vacinadas, quantas pessoas estão internadas, quer dizer, é um painel bem parecido com o painel que o IPP fez, mas fica do lado da sala do prefeito. O que era raro antigamente, ou seja, fazer a gestão desatrelada de informações, hoje ela é cada vez mais comum. Lá em Maricá, a gente viu, você deu agora o exemplo de Mesquita, ou seja, aos poucos os gestores municipais estão conseguindo entender que para você ter uma gestão efetiva do dia a dia das cidades, você precisa de informação na ponta, online, na hora, porque a gente percebe isso. Quem está no dia a dia de transporte, saúde pública ou qualquer outra área de gestão do governo precisa de informações precisas e diárias para saber se você está caminhando no ritmo certo. Então o desenvolvimento desses COR nos municípios é fundamental".

Cimar Azeredo: "Obrigado caros, parabéns pela apresentação. Então, o meu objetivo aqui é contar para vocês que a gente está realizando um teste do censo na Ilha de Paquetá, vocês devem ter visto, foram mais de 400 entradas na mídia que a nossa assessoria de comunicação levantou. Paquetá hoje está sendo recenseada completamente, inclusive as ilhas adjacentes. Estamos tendo o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, da subprefeitura das ilhas e da Associação de Moradores Morena. Eu estive lá no final de semana para fazer o levantamento, junto com o presidente do IBGE e a gente está voltando lá semanalmente. Tem uma equipe lá trabalhando, cerca de 30 pessoas, utilizando todos os equipamentos de proteção individual e todo mundo tomando maior cuidado, foram treinados por uma equipe médica para não contaminar ninguém da ilha e não se contaminar também. E, daqui a pouco, a gente vai estar com resultados sobre esse teste do censo em Paquetá. Esse é um evento teste que vai ser repetido nos 27 estados e em 27 outras localidades em novembro, e em junho do ano que vem a gente parte para realizar o censo de fato, um censo diferente, um censo com máscara na cara, álcool gel na mão. Então, a gente está muito contente e a gente está vendo coisas muito interessantes em Paquetá. A gente vê lá um aumento de comunidades, e o IBGE está sendo muito bem recebido e a gente queria contar isso para vocês. Depois se pudesse trazer para cá pra reunião uma apresentação do que o IBGE está fazendo em Paquetá. Era isso meu recado".

Carlos Krykhtine: "Muito boa ideia. E aí já temos um assunto para a reunião de outubro, e acho que vai ser muito bem-vindo mesmo. Acho que todo mundo deve estar bastante curioso de como é que pode ser essa coisa toda. A gente conversa pra combinar".

O Diretor-Executivo, Carlos Krykhtine, agradeceu os presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.